

VALERIO DE OLIVEIRA MAZZUOLI

CURSO DE **DIREITO**
INTERNACIONAL
PRIVADO

2^a
edição *reformulada,
atualizada
e ampliada*



- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2017 by

EDITORA FORENSE LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (0XX21) 3543-0770 – Fax: (0XX21) 3543-0896

faleconosco@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- A 1ª edição desta obra foi publicada com o título *Direito Internacional Privado – Curso Elementar*.

- Capa: Danilo Oliveira

- Fechamento desta edição: 12.05.2017.

- CIP – Brasil. Catalogação na Publicação
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

Mazzuoli, Valerio de Oliveira

Curso de direito internacional privado / Valerio de Oliveira Mazzuoli. – 2. ed. – São Paulo: Forense, 2017.

Sequência de: Direito internacional privado

Continua com: Curso de direito internacional privado

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-309-7638-5

1. Direito internacional. I. Título.

17-41658

CDU: 341:347.9

Sumário

Abreviaturas e Siglas Usadas	17
------------------------------------	----

PARTE I PARTE GERAL

Capítulo I

DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO, DIREITO INTERTEMPORAL E DIREITO UNIFORME

1. Colocação do problema.....	21
1.1 Abertura legislativa e função do DIPr	23
1.2 Interação legislativa global	24
1.3 DIPr e direitos humanos	26
2. DIPr e direito intertemporal.....	29
3. DIPr e direito uniforme.....	30
3.1 Impossibilidade de uniformização total.....	31
3.2 Uniformização regional e global	32
3.3 Diferenças de fundo	34
4. Perspectiva	35

Capítulo II

NOÇÕES PRELIMINARES AO ESTUDO DO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

1. Conceito de DIPr	37
1.1 O “elemento estrangeiro”	39
1.2 Conflitos interestaduais.....	40
1.3 Discrecionariade estatal.....	43
1.4 Missão principal do DIPr.....	44
1.5 A questão da nomenclatura	45
1.6 Necessidade de divergência entre normas estrangeiras autônomas e independentes	47
2. Objeto e finalidade do DIPr.....	47
2.1 Objeto do DIPr	48
2.2 Finalidade do DIPr.....	53
3. Posição do DIPr nas ciências jurídicas (taxinomia).....	54
3.1 O DIPr é direito interno ou internacional?.....	55
3.2 O DIPr versa matéria afeta ao direito privado ou ao direito público?	57
4. Conflitos de leis estrangeiras no espaço.....	58
5. Direito Internacional Privado brasileiro	60
5.1 Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – LINDB.....	60
5.2 Estatuto pessoal no DIPr brasileiro	62
5.3 Estatuto pessoal no Código Bustamante	66

Capítulo III

FONTES DO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

1. Introdução.....	69
2. Fontes internas.....	70
2.1 Constituição e leis	71
2.2 Costume nacional.....	74
2.3 Doutrina e jurisprudência interna.....	76
3. Fontes internacionais.....	78
3.1 Tratados internacionais	78
3.2 Costume internacional.....	83
3.3 Jurisprudência internacional.....	84
4. Conflitos entre as fontes.....	86
4.1 Conflitos entre fontes de categorias distintas.....	86
4.2 Conflitos entre fontes de mesma categoria.....	87

Capítulo IV

TEORIA GERAL DAS NORMAS DO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

1. Normas indicativas	89
1.1 Normas diretas e indiretas	90
1.2 Hipótese e disposição	91
1.3 <i>Lex fori</i> e <i>lex causae</i>	92
1.4 Categorias de normas indicativas.....	92
2. Conflitos das normas de DIPr no espaço.....	93
2.1 Conflito espacial positivo.....	95
2.2 Conflito espacial negativo (teoria do reenvio).....	97
3. Conflitos das normas de DIPr no tempo	104
4. Aplicação substancial das normas de DIPr.....	107
4.1 Problema das qualificações.....	108
4.2 Conflito de qualificações.....	117
4.3 Questão prévia.....	121
4.4 Adaptação ou aproximação.....	125
5. Remissão a ordenamentos plurilegislativos.....	126

Capítulo V

ELEMENTOS DE CONEXÃO

1. Elemento e objeto de conexão	131
1.1 Diferenças de fundo.....	131
1.2 Procedimento de localização	132
1.3 Concurso de elementos de conexão.....	133
2. Espécies de elementos de conexão.....	134
2.1 Conexões pessoais.....	135
2.2 Conexões reais (territoriais)	135
2.3 Conexões formais.....	135
2.4 Conexões voluntárias.....	136

2.5	Conexões delituais	136
3.	Qualificação dos elementos de conexão.....	137
3.1	Qualificação pela <i>lex causae</i>	138
3.2	Conflito positivo e negativo.....	138
4.	Principais elementos de conexão	139
4.1	Território	140
4.2	Nacionalidade	141
4.3	Domicílio.....	142
4.4	Vontade das partes	146
4.5	Lugar do contrato	152
4.6	A <i>lex fori</i>	153
4.7	Religião e costumes tribais.....	154
5.	Conflitos móveis (sucessão de estatutos)	155

Capítulo VI

DIREITOS ADQUIRIDOS NO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

1.	Entendimento	161
2.	Efeitos dos direitos adquiridos	165
3.	Limites da <i>lex fori</i>	167
4.	Elementos para o reconhecimento	170
5.	Direitos adquiridos no DIPr brasileiro	170

Capítulo VII

APLICAÇÃO DO DIREITO ESTRANGEIRO PELO JUIZ NACIONAL

1.	Dever de aplicação do direito estrangeiro indicado	173
1.1	A questão da competência	174
1.2	Imposição legal de aplicação do direito estrangeiro.....	181
1.3	Norma estrangeira como direito (não como fato).....	182
2.	Aplicação direta da lei estrangeira	184
2.1	Aplicação <i>ex officio</i>	184
2.2	Prova do direito estrangeiro.....	189
2.3	Lei estrangeira como paradigma para recursos excepcionais	196
2.4	Análise e interpretação da lei estrangeira	198
2.5	Aplicação errônea da lei estrangeira e recursos cabíveis.....	203
2.6	Controle de constitucionalidade da lei estrangeira (conforme a Constituição do Estado estrangeiro).....	205
2.7	Controle de convencionalidade da lei estrangeira (conforme as normas internacionais em vigor no Estado estrangeiro)	208
3.	Impossibilidade de conhecimento da lei estrangeira.....	210
3.1	Rejeição da demanda ou aplicação da <i>lex fori</i> ?.....	210
3.2	Solução do direito brasileiro	211
4.	Limites à aplicação do direito estrangeiro	212
4.1	Direitos fundamentais e humanos	212
4.2	Ordem pública.....	214

4.3	Normas de aplicação imediata (<i>lois de police</i>)	222
4.4	Fraude à lei	227
4.5	<i>Prélèvement (favor negotii)</i>	235
4.6	Reciprocidade	236
4.7	Instituições desconhecidas.....	238
4.8	Norma mais favorável à pessoa	240
5.	Homologação de sentenças estrangeiras.....	241
6.	Conclusão.....	245

Capítulo VIII

DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO PÓS-MODERNO

1.	Introdução.....	247
2.	Diálogo com Erik Jayme.....	247
3.	O novo DIPr e os valores pós-modernos.....	248
3.1	Pluralismo (diversidade cultural).....	249
3.2	Comunicação	252
3.3	Narração	253
3.4	Retorno dos sentimentos.....	255
4.	Conclusão.....	257

PARTE II

PARTE ESPECIAL

Capítulo I

DIREITO CIVIL INTERNACIONAL

1.	Leis aplicáveis.....	261
2.	Orientação legislativa.....	261
3.	Plano da Parte Especial	262

Capítulo II

DOS BENS

1.	Introdução.....	265
2.	Regra <i>lex rei sitae</i>	265
3.	Qualificação dos bens.....	269
4.	Bens em trânsito.....	270
5.	Conflitos móveis.....	272
6.	Navios e aeronaves	274
7.	Lei aplicável ao penhor.....	275
8.	Tráfico ilícito de bens culturais	277
8.1	Conceito	278
8.2	Lei aplicável.....	279
8.3	A questão do possuidor de boa-fé.....	281
8.4	Normas de aplicação imediata.....	282

Capítulo III
DIREITO DE FAMÍLIA

1. Normas gerais	285
2. Esponsais	286
2.1 Qualificação dos esponsais	286
2.2 Lei aplicável segundo a LINDB	288
2.3 Regra do Código Bustamante	290
3. Casamento.....	291
3.1 Capacidade para casar	292
3.2 Casamento realizado no Brasil	294
3.3 Casamento realizado no exterior	296
3.4 Casamento consular	298
3.5 Casamento por procuração.....	302
3.6 Lei aplicável ao regime de bens	304
3.7 Efeitos pessoais do casamento.....	308
3.8 Invalidez do casamento.....	309
4. Divórcio.....	314
4.1 Divórcio consensual consular.....	316
4.2 Divórcio consensual puro e qualificado.....	317
5. Relações parentais	318
5.1 Guarda de filhos	318
5.2 Direito de visita	321
5.3 Alimentos	322
5.4 Sequestro internacional de crianças	325
6. Adoção internacional de menores	329
6.1 A questão da nacionalidade.....	330
6.2 Convenção Interamericana sobre Conflito de Leis em Matéria de Adoção de Menores (1984)	333
6.3 Convenção Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional (1993).....	337

Capítulo IV
DIREITO DAS SUCESSÕES

1. Introdução.....	341
2. Regra geral da LINDB	341
2.1 Princípio da universalidade sucessória	342
2.2 Desuso (<i>de facto</i>) e insubsistência (<i>de jure</i>) da regra.....	343
2.3 Bens imóveis localizados no estrangeiro.....	345
3. Sucessão de bens de estrangeiros situados no País	346
4. Capacidade para suceder.....	348
5. Autonomia da vontade	350
6. Exceção à unidade sucessória em razão de créditos locais.....	351
7. Execução de testamento celebrado no estrangeiro	351

7.1	Lei aplicável à forma	352
7.2	Lei aplicável à substância.....	355

Capítulo V

OBRIGAÇÕES E CONTRATOS

1.	Introdução.....	357
2.	Obrigação proveniente de contrato	359
3.	Obrigação no exterior destinada à execução no Brasil	363
4.	Obrigações por atos ilícitos.....	366
4.1	Regra <i>lex loci delicti commissi</i>	366
4.2	Tratados internacionais	368
4.3	Flexibilização pela <i>lex damni</i>	369
4.4	Obrigações <i>ex lege</i>	371
5.	Autonomia da vontade	372
6.	Convenção da ONU sobre contratos de compra e venda internacional de mercadorias.....	375

Capítulo VI

ESTATUTO DAS PESSOAS JURÍDICAS

1.	Introdução.....	377
2.	Lei aplicável.....	377
3.	Nacionalidade.....	379
4.	Reconhecimento e funcionamento	380
5.	Limites de operação no Brasil.....	383
6.	Insolvência transnacional.....	384
6.1	Entendimento	385
6.2	Sistemas territorial e universal	385
6.3	Regime jurídico nacional	387
6.4	Propostas de harmonização	390
7.	Conclusão.....	395
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	397

ANEXOS

	Decreto-lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942	413
	Projeto de Lei do Senado nº 269, de 2004.....	417
	Convenção de Direito Internacional Privado (1928)	441
	Convenção Interamericana sobre Normas Gerais de Direito Internacional Privado (1979)	488
	OBRAS DO AUTOR.....	491